



## SINDSIFCE GARANTE DEVOLUÇÃO DE VALORES DO AUXÍLIO-CRECHE PARA FILIADOS

O Sindicato dos Servidores do IFCE conquistou importante vitória em ação coletiva que resultará na restituição dos valores cobrados indevidamente durante o pagamento do auxílio-creche. A lei nº 8.069/90 diz que os servidores devem receber o valor total do “auxílio pré-escola”. A assessoria jurídica entrou com ação e garantiu o direito. Não cabe mais recurso, iniciando a fase individual de cálculos para devolução dos valores.

De acordo com Cleide Barroso, Diretora Jurídica do SINDSIFCE, foi “com grande senso de justiça que conquistamos, para mães e pais, que durante anos pagaram as creches dos seus filhos, a restituição dos valores. Sabemos o quanto isso impactará positivamente a vida dos nossos filiados e suas famílias. Estamos muito felizes!”

### Quem tem direito?

Os servidores públicos que receberam auxílio-creche no período de março de 2004 a março de 2015 estão elegíveis para a devolução.

### Atendimento jurídico

O atendimento para os servidores interessados na devolução de valores ocorre às terças-feiras, das 8h às 12h, de forma presencial na sede do Sindicato, localizada na Rua Aratuba, Nº 1A, Benfica, Fortaleza. Para aqueles que preferem o atendimento virtual, este estará disponível às quintas-feiras, das 14h às 18h. O agendamento pode ser feito **online através** do portal do Sindicato ([sindsifce.com.br](http://sindsifce.com.br)). Para requerer a restituição, os servidores deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fichas financeiras de todo o período em que pagaram o auxílio pré-escola;
- RG, CPF e comprovante de endereço atualizado em nome próprio;
- Caso não possua comprovante de endereço em nome próprio, deve preencher e assinar a declaração fornecida pelo Sindicato e enviar comprovante de endereço em nome de quem coabita;
- Cópias dos últimos três contracheques;
- Procuração, declaração de hipossuficiência e contrato de honorários preenchidos e assinados.

### Nessa edição:

- SINDSIFCE garante devolução de valores do auxílio-creche para filiados
- SINDSIFCE assegura defesa e irrestrito apoio a professora Êmy em demissão irregular
- Comissão escolhe empresa de arquitetura para reforma da sede própria do SINDSIFCE



Foto: Pexels

### Contexto Jurídico

O Decreto do Poder Executivo nº 977/93, criado com o objetivo de regulamentar a assistência pré-escolar aos servidores públicos federais, estabeleceu a obrigação de coparticipação no custeio do auxílio-creche. No entanto, essa exigência não estava prevista na legislação original, configurando uma sobreposição ilegal. A Justiça considerou ilícita a imposição de pagamento de coparticipação, obrigando a União à restituição dos valores cobrados nos últimos cinco anos.

- Rodada de Assembleias de Campi teve início em fevereiro discutindo Campanha Salarial e Reestruturação de Carreiras
- Festa de Natal do SINDSIFCE reúne filiados para celebrar a luta
- Governo mantém intransigência nas negociações e SINASEFE aponta para Greve

## SINDSIFCE ASSEGURA DEFESA E IRRESTRITO APOIO A PROFESSORA ÊMY EM DEMISSÃO IRREGULAR

A demissão da professora Êmy Virgínia Oliveira da Costa, primeira docente trans do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), desencadeou uma série de desdobramentos e reações. Desde que a decisão foi julgada e assinada em 5 de janeiro, e publicada no Diário Oficial da União em 8 de janeiro, o Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE) tem mantido uma postura firme contra a medida.

Apenas dois dias depois, em 10 de janeiro, o SINDSIFCE manifestou seu repúdio à demissão da professora Êmy, mobilizando todos os recursos do sindicato para reverter a decisão. O processo administrativo disciplinar (PAD) que levou à sua demissão teve início devido à antecipação das aulas para que a docente pudesse participar de um doutorado na Universidade de la República, no Uruguai. A professora havia solicitado e obtido autorização para ajustar suas atividades, mas a gestão não respondeu a tempo, o que foi citado como um dos problemas do caso.

Diante dos fatos, a Assessoria Jurídica do SINDSIFCE iniciou diversas ações no âmbito jurídico e administrativo.

Em 12 de janeiro, a Diretoria Colegiada do sindicato enviou um ofício ao Conselho Superior do IFCE (CONSUP) solicitando uma reunião de urgência para discutir a demissão de Êmy. No mesmo dia, a Assessoria Jurídica divulgou uma Nota Técnica detalhando as irregularidades do processo, incluindo a contabilização inadequada de ausências.

Para defender a professora politicamente, foram articulados os próximos passos da sua campanha de defesa na sede da ADUFC, com a participação de diversos segmentos da sociedade, comunidade acadêmica e políticos, incluindo entidades de luta LGBTQIAP+. Em nível federal, uma ação de sensibilização foi coordenada junto a parlamentares, culminando no envio de um ofício pela Deputada Federal, Erika Hilton, ao Reitor do IFCE, Wally Menezes, apontando os indícios de irregularidades no processo disciplinar. No mesmo dia, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) também enviou ofícios à Reitoria do IFCE solicitando audiências para discutir o caso.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará foi acionada para apurar as denúncias feitas pelo SINDSIFCE de que o caso também tratava-se de transfobia, ocorrendo de forma velada no processo. A Comissão solicitou informações ao Reitor sobre o PAD e expressou preocupações sobre possíveis violações dos direitos fundamentais da professora Êmy. Além disso, a Justiça



ordenou que o IFCE apresentasse defesa e documentos relacionados à demissão, atendendo ao pedido de tutela provisória feito pelo SINDSIFCE

Apesar do CONSUP ter negado o pedido de reunião solicitado pelo SINDSIFCE, a Reitoria finalmente aceitou se reunir com o SINASEFE, que confirmou a presença de todos os membros da coordenação geral da entidade. Após intensas mobilizações, a Controladoria Geral da União (CGU) anunciou, em 31 de janeiro, que reavaliaria o processo de demissão de Êmy.

Para Valmir Arruda, Coordenador Geral do SINDSIFCE, "a atuação do Sindicato mostra a importância da entidade classista. Conseguimos que a CGU reavalie o caso. Sabemos que a luta ainda é grande, mas seguimos confiantes rumo à vitória!".



Imagem: Ato em frente ao campus Fortaleza

Para conhecer todos os nossos parceiros, acesse: [sindsifce.com.br/convenios](https://sindsifce.com.br/convenios)

## COMISSÃO ESCOLHE EMPRESA DE ARQUITETURA PARA REFORMA DA SEDE PRÓPRIA DO SINDSIFCE

O Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE) anunciou o resultado final do edital de seleção para a reforma de sua sede própria. A empresa Umbó Arquitetura foi escolhida para desenvolver o projeto de execução da obra.

O imóvel, adquirido em 2023, permitirá que a entidade realize reuniões ampliadas, ações culturais e oferecerá um ponto de apoio para atividades remotas dos filiados em Fortaleza.

A Umbó Arquitetura atendeu a todos os critérios estabelecidos no edital, destacando-se na análise de documentação, apresentação de orçamento e avaliação do portfólio. A seleção foi realizada em uma reunião da Comissão de Reforma da Casa, no dia 10 de janeiro, refletindo o compromisso do SINDSIFCE em oferecer um espaço moderno e funcional que atenda às necessidades dos seus filiados.

Em breve, a empresa deverá apresentar à Diretoria Colegiada do SINDSIFCE o projeto de arquitetura para a reforma do espaço.



Imagem: Futura sede do SINDSIFCE

## RODADA DE ASSEMBLEIAS DE CAMPI TEVE INÍCIO EM FEVEREIRO DISCUTINDO CAMPANHA SALARIAL E REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS

As **Assembleias Locais do SINDSIFCE começaram em fevereiro**, com os campi de Boa Viagem, Crateús, Acaraú, Camocim, Morada Nova, Quixadá e Maracanaú sendo os primeiros a receberem a comitiva do sindicato. A pauta principal, além dos informes, incluiu a campanha salarial, pautas locais e a escolha de representantes de campi.

Reunindo servidores para debater o reajuste zero para 2024 e reivindicar índices de 34% para Técnicos-Administrativos e 22% para docentes, o SINDSIFCE tem apresentado dados e pesquisas que evidenciam a intransigência do governo em aceitar a proposta da bancada sindical. O governo propôs apenas 4,5% para 2025 e 4,5% para 2026. Docentes e Técnicos Administrativos em Educação acumulam mais de 40% de inflação (de setembro de 2016 a dezembro de 2023, de acordo com o IPCA/IBGE), o que tem corroído o poder de compra desses servidores.

As Assembleias também discutiram a reestruturação das carreiras e encaminharam resoluções para demandas específicas de cada campus.

No campus **Boa Viagem (05/02)**, servidores questionaram os processos de afastamento do trabalho, citando o caso da professora Êmy, demitida do IFCE de forma arbitrária, além das frequentes demissões na instituição. Outro tema em

destaque foi a Reforma Administrativa e as estratégias para “enterrar de vez” a proposta.

Em **Crateús (05/02)**, a Assembleia debateu a proposta dos auxílios do governo, a causa jurídica do auxílio-creche, que é garantido para mães e pais filiados ao SINDSIFCE, e a banalização do instrumento de PAD.

As **Assembleias de Acaraú e Camocim (ambas em 09/02)**, centraram-se na campanha salarial e nos rumos da negociação, com os servidores agradecendo a presença do sindicato.

Lídia Farias, Diretora do SINDSIFCE, afirmou que essas Assembleias “são fundamentais para encaminharmos as



Imagem: Campus Camocim

Agende o seu atendimento jurídico aqui:  
[sindsifce.com.br/assessoria-juridica/](https://sindsifce.com.br/assessoria-juridica/)



Imagem: Campus Quixadá

demandas da nossa base. Circular pelo Estado nos dá uma radiografia muito importante do movimento e da luta. O que pretendemos fazer nos próximos meses é algo histórico e de grande importância: chegar em todos os campi e encontrar os servidores do Instituto em seus locais de trabalho. Queremos ouvir, conhecer, conversar! Esse é o nosso trabalho!"

Em **Morada Nova (19/02)**, os servidores discutiram a possível greve e sua construção, lembrando que na greve de 2012, o campus não aderiu por ser novo e ainda estar conquistando credibilidade junto à comunidade. Caso uma greve ocorra, sugeriram colocar anúncios na rádio e faixas na rua para sensibilizar a sociedade como um todo.

No **campus Quixadá (20/02)**, houve ampla participação, com debates importantes sobre a construção da greve. Este foi o primeiro campus a expressar uma intenção consolidada de greve, considerando-a fundamental para a conquista de direitos. No entanto, alguns servidores foram contrários à greve, temendo que isso pudesse enfraquecer o governo diante da extrema direita.

Já em **Caucaia (26/02)**, a Direção do Sindicato falou sobre a reforma da sede própria do SINDSIFCE e lembrou aos

filiados sobre os convênios firmados pelo sindicato, que garantem descontos em diversas empresas. Explicaram a estrutura da campanha salarial e as mesas que tratam das pautas econômicas e da reestruturação das carreiras, além de detalharem a dinâmica dos últimos meses até a chegada no indicativo de greve pelo SINASEFE Nacional e a deflagração a partir de 3 de abril. Nesta Assembleia, os filiados participaram ativamente, levantando questões importantes, mas ainda sem consenso sobre os benefícios de uma greve neste momento.

Fechando o mês de fevereiro, em **Maracanaú (26/02)**, o SINDSIFCE registrou baixa presença e a Direção da entidade sindical ressaltou a importância da participação da categoria na construção da luta. Com os presentes, o debate tratou das negociações, a greve do SINASEFE, as funções normativas e outros temas.

Para o mês de março estão previstas Assembleias nos seguintes campi: Tauá, Pecém, Paracuru, Acopiara, Mombaça, Maranguape, Guaramiranga, Baturité, Itapipoca, Umirim, Canindé, Sobral, Tianguá, Ubajara, Cedro, Jaguaribe, Jaguaruana, Aracati e Horizonte.

**O SINDSIFCE pretende visitar todos os campi até abril.**

**Conheça os Representantes de campi escolhidos em Assembleias:**

- Boa Viagem – Talita Dantas Pinto;
- Crateús – Jaiane Araújo de Oliveira;
- Acaraú – Carlos Eduardo Cordeiro Teixeira;
- Camocim – Francisco Jorge Costa Ribeiro;
- Morada Nova – Gina Eugenia Girão;
- Quixadá - Camila Freire Sampaio;
- Caucaia - Francisca Soraia Barbosa Pereira e Filis Ribeiro Sousa;
- Maracanaú - Cristiane Gonzaga Oliveira e Louhana Moreira Rebouças.

## FESTA DE NATAL DO SINDSIFCE REÚNE FILIADOS PARA CELEBRAR A LUTA

Um dos eventos mais aguardados pelos filiados do Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE) é a Festa de Natal da entidade.

Em sua última edição, a Festa ocorreu no BNB Clube de Fortaleza. A confraternização começou às 11h e contou com a presença de mais de 350 filiados.

O evento foi marcado pela tradicional feijoada e por uma série de atrações e surpresas. Entre os prêmios sorteados estavam uma TV de 50 polegadas, uma AirFryer, um celular Samsung, um Kindle e uma Alexa.

Para animar a celebração, as bandas "Essas Mulheres" e "Forró Manzape" garantiram o ritmo contagiante da festa.

A programação ofereceu um ambiente festivo e alegre, reforçando o espírito de confraternização entre os membros do sindicato.

*A Festa de Natal do SINDSIFCE é uma oportunidade para celebrar as conquistas do ano, fortalecer laços e promover a união entre os filiados.*



Imagem: Confraternização de Natal do SINDSIFCE

# GOVERNO MANTÉM INTRANSIGÊNCIA NAS NEGOCIAÇÕES E SINASEFE APONTA PARA GREVE

Na última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 18 de dezembro, o Governo Federal, após seis meses de adiamentos, apresentou sua resposta às demandas dos servidores públicos expostas no início do ano. **As propostas do Governo Lula incluíram:**

- Reajuste de 0% para 2024;
- Aumento de 51% a 52% no auxílio-alimentação, per capita da saúde suplementar e assistência pré-escolar, aplicados a partir de maio de 2024 – índices considerados muito abaixo da isonomia reivindicada;
- Reajuste de 9%, dividido em duas parcelas de 4,5%, para 2025 e 2026.

**EM TEMPO** - A pauta inicial apresentada pela Bancada Sindical em 11 de julho de 2023 solicitava uma recomposição salarial das perdas de 53,17% para o bloco I de servidores(as) e 39,92% para o bloco II de servidores. No entanto, o Governo Federal não respondeu positivamente sobre essa recomposição, propondo apenas reajustar três benefícios em 2024 (auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio-saúde).

## Resposta da Bancada Sindical ao Governo

A contraproposta do governo foi duramente rejeitada pelo SINASEFE e diversas outras entidades, especialmente pelo seu caráter etarista, que não apresentou itens financeiros para o conjunto de servidores públicos federais (SPFs) aposentados(as) em 2024. A 185ª Plenária Nacional do SINASEFE, realizada em 19 de dezembro do ano passado, rejeitou o congelamento de salários proposto pelo Governo Lula e apontou para a construção de uma greve por tempo indeterminado para 2024.

## Reuniões das Mesas Específicas e Temporárias

No dia 22 de fevereiro, o SINASEFE participou da 3ª reunião da Mesa Específica e Temporária da área da Educação, que tratou da reestruturação de carreira e também da 3ª reunião da Mesa Específica e Temporária da área da Educação para cargos técnico-administrativos. O governo acenou com o mesmo percentual de reajuste oferecido aos docentes e SPFs em geral (4,5% para 2025 e 4,5% para 2026), mas não apresentou avanços concretos.

## Estado de Greve

Em estado de greve desde a 186ª PLENA, o SINASEFE tem solicitado continuamente ao governo uma resposta às reivindicações da categoria.

## Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CNSCCTAE)

Em paralelo, o SINASEFE participou, em 29 de fevereiro, de uma Reunião Extraordinária da CNSCCTAE. Esta reunião contou com a participação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Andifes, Conif, Fasubra



Foto: ASCOM SINASEFE

e Forgepe. A reunião teve como pautas:

- Demandas das entidades sindicais para nortear o trabalho da comissão;
- Relatório parcial do Grupo de Trabalho de revisão/atualização dos fazeres e atribuições;
- Cronograma conjunto com MGI;
- Estudo preliminar de impactos orçamentários de cenários de reestruturação da carreira.

Um dos encaminhamentos foi a criação de um GT de reestruturação do PCCTAE, composto por 12 nomes, sendo cinco da bancada sindical (três da Fasubra e dois do SINASEFE), cinco da bancada institucional e dois do MGI.

Em resumo, a proposta de reajuste do governo foi rejeitada, e a preparação para a greve em 2024 está em andamento, com o SINASEFE e outras entidades sindicais buscando garantir uma recomposição justa para todos os servidores.

## Pauta da Greve 2024

A pauta proposta para a Greve 2024, que começa a ser construída nas bases a partir de agora, tem cinco eixos principais:

### 1. Carreiras

- Reestruturação das carreiras de técnico-administrativos e docentes, conforme as propostas aprovadas nos GTs Carreira e nas PLENAs do SINASEFE.

### 2. Salários

- Recomposição salarial conforme a proposta do Fonasefe da Campanha Salarial 2024:

- 53,17% para técnicos
- 39,92% para docentes

### 3. Revogação do NEM

- Revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e defesa do modelo de Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais.

### 4. Revogação

- Revogação de todas as Medidas Provisórias, Portarias e Decretos que atacam os servidores e os serviços públicos, com destaque para a IN 54/2021, que ataca o direito de greve.

### 5. Orçamento

- Recomposição orçamentária da Rede Federal de Educação.